

Economia em Debate

nº 243

(03/04/2018)

Economia em Debate é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



Eduardo Rocha
Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)

CNI apura recuperação industrial em ritmo lento

O Estado de S. Paulo - 03/04/2018

A indústria brasileira abriu vagas de trabalho e registrou aumento real em seu faturamento no mês de fevereiro. Apesar disso, a utilização da capacidade instalada teve um leve recuo, de 78,1% em janeiro para 78,0%, no mês seguinte, de acordo com pesquisa divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os dados, já ajustados, mostram que a recuperação do setor segue “em ritmo lento”, na avaliação da CNI. “Os dados do mercado de trabalho industrial mostram que o emprego segue em recuperação, ainda que a melhora em fevereiro tenha sido modesta.”

Segundo a CNI, o faturamento real subiu 0,5% em fevereiro ante janeiro, já descontados os efeitos característicos do período.

O crescimento reverte os dados negativos observados nos dois meses anteriores. Na comparação com fevereiro de 2017, a alta foi de 6,5%.

Vagas. O emprego industrial exibiu expansão de 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, também descontados os efeitos atribuídos ao período do ano (série dessazonalizada). Mas resultados de meses anteriores foram revisados para melhor, incluindo janeiro (-0,5% para 0,1%) e dezembro de 2017 (0,5% para 0,6%).

O resultado dessa regulamentação mostra que o emprego registra

sequência de cinco meses sem resultados negativos, acumulando alta de 1,3% no período.

Na comparação com fevereiro de 2017, o emprego industrial cresceu 0,5%. “Essa melhora, ainda que lenta, do emprego industrial é muito importante. É sinal de que a confiança do empresário está se traduzindo em aumento da produção e das contratações, apontando para a retomada dos investimentos”, afirma o economista da CNI Marcelo Azevedo.

As horas trabalhadas, por sua vez, caíram 0,5% em fevereiro ante janeiro, descontados os efeitos sazonais.

Queda dos juros libera R\$ 196 bi, diz ministério

O Estado de S. Paulo - 03/04/2018

A queda dos juros básicos da economia tem potencial para liberar R\$ 196 bilhões de renda do orçamento das famílias e das empresas brasileiras ao longo de 2018. Cálculos feitos pelo Ministério do Planejamento apontam que os juros mais baixos vão reduzir em R\$ 147 bilhões o endividamento das famílias

e em R\$ 49 bilhões das empresas – o equivalente a cerca de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

O principal efeito desse processo é que os juros mais baixos permitem não só a renegociação de dívidas, trocando juros mais elevados por taxas mais baixas, como abrem espaço para o aumento da demanda na economia e dos investimentos. No dia 22 de março, a taxa Selic atingiu mínima histórica, chegando a 6,5% ao ano. Em outubro de 2016, quando o atual ciclo de queda começou, a Selic estava em 14,25%.

Para o secretário de Planejamento Marcos Ferrari

e Assuntos Econômicos do ministério, Marcos Ferrari, o potencial de aumento de renda aponta que a retomada do crescimento da economia é sustentável. Pelos cálculos do governo, o PIB do País deve crescer 3%. Os números mais fracos de janeiro, segundo ele, decorrem de fatores sazonais.

“As taxas de investimento e do crescimento vão aumentar este ano e um dos principais motivos é o ciclo monetário favorável”, diz Ferrari, ressaltando que os investimentos já crescem mais do que o consumo no País. Na sua avaliação, um bom sinal para mostrar a “qualidade” da expansão econômica.

Segundo ele, as empresas podem fazer o pré-pagamento de uma dívida cara mediante outro financiamento mais barato. As famílias podem quitar sua dívida no cheque especial com um CDC (crédito direto ao consumidor) com juros mais baixos. “Isso libera recursos para uma alocação mais eficiente”, diz.

A economista Ione Amorim, do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), argumenta que consumidores com elevado endividamento não conseguem fazer acordos bons na renegociação aproveitando os juros mais baixos, o que leva a nova inadimplência. Segundo ela, as dívidas de cartão de crédito e as renegociadas são as que têm maior inadimplência. O Idec vai promover um seminário na Fundação Getulio Vargas, em São Paulo, esta semana para discutir o problema.

PIB. Apesar da projeção de alta maior do PIB em 2018, a preocupação em torno da sustentabilidade do crescimento entrou no radar dos economistas por causa das incertezas que rondam o País e do processo inconcluso de ajuste das contas públicas, com problemas fiscais sendo transferidos para depois das eleições.

A pergunta que tem sido feita aos economistas é se a retomada de agora corre o risco de ser atropelada. “O ajuste fiscal tem atuado positivamente na retomada do crescimento dada a ancoragem das expectativas e a melhora da confiança”, ressalta Ferrari.

O levantamento do ministério foi feito com base nos dados de crédito para pessoa física no Banco Central, divulgados na semana passada. O das

empresas foi calculado levando-se em consideração o estoque de dívida de cerca de 270 companhias listadas na bolsa de valores.

“As taxas de investimento e do crescimento vão aumentar este ano e um dos principais motivos é o ciclo monetário favorável.”

SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO

Vamos ‘empoderar’ bancos menores, diz Ilan **O Estado de S. Paulo - 03/04/2018**

O Banco Central está trabalhando para reduzir o custo do crédito no País, afirmou ontem Ilan Goldfajn, presidente da autoridade monetária. Ele destacou que a taxa básica de juros do País, a Selic, está no patamar mais baixo da série histórica, em 6,5%, enquanto a taxa de juros média da economia está em

torno de 21,7% ao ano, segundo o Indicador de Custo de Crédito (ICC) de fevereiro.

A intenção do BC é de que o

custo do crédito desça a níveis mais baixos, comparáveis internacionalmente.

“Temos preocupação que o

custo de crédito convirja no Brasil para nível mais parecido com o resto do mundo”, afirmou ele, durante o seminário A retomada do crescimento, promovido pelo Centro de Economia Mundial da Fundação Getulio Vargas, no Rio. “Se conseguirmos atacar todos os custos, as taxas de juros vão cair”, completou.

O economista argumentou que um dos instrumentos que vai ajudar a redução desses custos é aumentar a competição bancária, e, para isso, o governo pretende “empoderar bancos pequenos e médios”.

Famílias. Goldfajn lembrou que as famílias pagam mais pelo crédito bancário do que as empresas,

com taxas de 27,3% ao ano e 15,5% ao ano, respectivamente.

“As concessões de crédito estão começando a subir”, garantiu Goldfajn. “Um fenômeno muito importante do ano passado que é o mercado de capitais teve papel de substituir a fonte de financiamento das empresas”, citou o executivo, lembrando que as emissões de debêntures e notas promissórias cresceram 90%, embora tenham

sido ajudadas pela base de comparação fraca do período de recessão.

Goldfajn enumerou outras medidas que o Banco Central conduziu no sentido de avançar na agenda da autoridade monetária, como a aprovação da Taxa de Longo Prazo (TLP) para os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a mudança no rotativo do cartão de crédito.

Focus reduz projeção da inflação para 3,54% **O Estado de S. Paulo - 03/04/2018**

Pela nona semana consecutiva economistas do mercado financeiro reduziram a projeção de inflação para este ano.

O Relatório de Mercado Focus, que reúne cálculos das instituições financeiras, indicou que a expectativa para o IPCA – índice oficial de inflação no Brasil – caiu de 3,57%

para 3,54% em 2018.

O documento, divulgado ontem pelo Banco Central, mostra que, pelas estimativas dos economistas, a inflação caminha em direção ao piso da meta

perseguida pelo BC. O centro da meta é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto porcentual para cima ou para baixo, ou seja, entre 3% e 6% no resultado do ano.

Para 2019, a projeção de inflação também caiu um pouco: de 4,10% para 4,08%. Nesse caso, o centro da meta é de 4,25%. Os cálculos indicam que a inflação tende a permanecer sob controle neste e no próximo ano.

Um dos motivos para isso é que, após dois anos de recessão e de crescimento apenas moderado de 2017, o País ainda está em processo de retomada da atividade. A projeção dos economistas para o crescimento do

Produto Interno Bruto (PIB) em 2018 caiu de 2,89% para 2,84%. Mais pessimista, o BC estima crescimento de apenas 2,6% este ano. Para 2019, a projeção é de 3%, conforme o Focus.

As expectativas para o Investimento Direto no País (IDP) também são positivas. Os economistas

esperam investimentos produtivos de US\$ 80 bilhões em 2017 e em 2018.

A taxa básica de juros da economia (Selic), atualmente em 6,5% ao ano, deve encerrar 2018 em 6,25% ao ano, conforme o Focus. Os economistas esperam que a taxa permaneça nesse patamar até fevereiro de 2019, quando voltaria a subir, encerrando o próximo ano em 8%. Essas projeções estão em sintonia com as comunicações mais recentes do Banco Central, que vê espaço para um corte de 0,25 ponto porcentual da Selic em maio, para 6,25% ao ano, em função dos resultados da inflação.

Ministério quer mudar reajuste do Bolsa Família

O Estado de S. Paulo - 03/04/2018

Proposta do Ministério do Desenvolvimento prevê reajuste acima da inflação do Bolsa Família apenas para quem tiver filhos em segundo turno escolar ou em programas de capacitação técnica. A medida, em análise por Temer, custaria até R\$ 3 bilhões. A decisão depende de espaço no Orçamento.

Prestes a deixar o governo para concorrer às eleições, o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, tenta emplacar uma nova política de reajuste do Bolsa Família este ano. A proposta, entregue ontem ao presidente Michel Temer, prevê a concessão de aumento acima da inflação apenas para famílias que tiverem filhos em segundo turno escolar ou em programas de capacitação técnica. Com a mudança, o governo teria de desembolsar cerca de R\$ 3 bilhões para reajustar o valor do benefício – o triplo do que previa gastar concedendo apenas a inflação.

Temer ainda vai analisar as planilhas antes de bater o martelo e baixar o decreto. O ministro Osmar Terra disse ao Estadão/Broadcast que já é dado como certo um reajuste de 2,95%, para repor a inflação de 2017. Ele considera o “aditivo” um incentivo para que as famílias tenham uma porta de saída do programa.

“Essas condicionantes mudam mais a realidade familiar do que só controlar a presença escolar”, disse Terra. Hoje, as famílias que recebem Bolsa Família já precisam cumprir regras de assiduidade escolar e manter a carteira de vacinação dos filhos em dia, mas a avaliação de Terra é de que isso é insuficiente

para dar condições de saída aos beneficiários. Com a mudança, o reajuste acima da inflação seria condicionado ao cumprimento das novas condicionantes.

“A gente não fechou um número, mas seria um valor bem maior (de reajuste). Pode ser 5%, 10%.”

As aulas em segundo turno escolar

e os cursos profissionalizantes seriam oferecidos em convênio com as prefeituras, que teriam prazo de alguns meses para se adaptar e ofertar as vagas. Há também uma opção de prever, como uma das condições, a participação de beneficiários em programas de geração de emprego.

Orçamento. A decisão do presidente Michel Temer vai depender de espaço no Orçamento, que tem R\$ 18,2 bilhões bloqueados atualmente diante de riscos de frustração de receitas. Há também a barreira do teto de gastos – que exige o cancelamento de despesas para dar lugar a novos gastos. Mas Terra acredita que os recursos para

viabilizar o reajuste maior no Bolsa Família podem sair da economia esperada com a revisão de benefícios, como auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

O governo espera concluir até o fim deste ano o pente-fino nos 1,5 milhão de benefícios que estavam sem avaliação havia mais de dois anos. A economia adicional esperada em 2018 é de R\$ 10 bilhões, segundo o ministro. O Orçamento conta hoje com apenas metade dessa poupança, ou seja, há possibilidade de que outros R\$ 5 bilhões em despesas hoje programadas acabem sendo liberados para outros gastos – abrindo caminho para o reajuste diferenciado no Bolsa Família.

Brasil: Altos e baixos ‘bolhas econômicas’ ou crise instalada

O Estado de S. Paulo - 03/04/2018

Remetendo a algo frágil, o termo ‘bolha’ é comumente utilizado para designar algo valorizado em demasia, com preço incondizente com a realidade. Esta palavra, contudo, passou a ser utilizada sem muito critério com o passar do tempo, gerando muitas vezes incertezas sobre investimentos seguros.

Uma bolha, geralmente, começa com uma leve decolagem, impulsionada posteriormente por entusiasmo e, mais tarde, por ganância. Em seu ponto mais alto de novo paradigma, começa o período de negação, que precede o medo e, finalmente, o desespero.

A primeira bolha ocorreu no século 17, na Holanda, quando a tulipa passou a adquirir muito valor num pouco espaço de tempo, já que floresce somente após cinco anos. Os comerciantes passaram a negociar as tulipas em mercado futuro e os contratos em si também começaram a ser negociados, como derivativos. Mas houve diversos contratos falsos dando direito a flores inexistentes que, quando descobertos, derrubaram o preço.

Fenômenos parecidos a Crise de 1929, a bolha das Ponto Com, em 2001, e a Crise dos “Subprime”, em 2008. Esta última atingiu o mercado imobiliário norte-americano, sendo resultado da concessão de empréstimos hipotecários de alto risco. Foi uma questão mais relacionada a irregularidades no sistema de financiamento do que aos imóveis em si.

Já nos primeiros anos desta década, por exemplo, muitos especialistas afirmavam que havia uma bolha imobiliária no Brasil. Eles se baseavam, entre outras coisas, no que ocorreu no Japão entre os anos de 1985 e 1991, quando o preço dos imóveis subiu 180% em média. Apesar da valorização ser parecida com o que se aqui, o preço do metro quadrado por lá já era bem elevado antes desse movimento.

O único paralelo entre as realidades foi o momento de aquecimento econômico, com alta liquidez e facilidade de crédito. Porém, a valorização no Brasil ocorreu também porque as cidades ainda possuem grande déficit de infraestrutura e habitacional, com dificuldades de locomoção que

supervalorizam imóveis em determinadas áreas e famílias que ainda esperam pela chance da casa própria.

Após todo movimento de valorização, a partir de 2015, nos deparamos com uma grande e difícil crise econômica. O segundo semestre de 2017 começou a mostrar alguma recuperação, ainda incipiente. Os preços se ajustaram, mas sem grandes movimentos negativos similares ao de uma bolha.

O mercado anseia por tempos melhores e mais estáveis. A crise política e as indefinições sobre a corrida presidencial ainda trazem insegurança. Responsabilidade fiscal, combate à corrupção e incentivo à produção deve ser o tripé para um Brasil mais justo e desenvolvido.

Uma bolha, geralmente, começa com uma leve decolagem, impulsionada posteriormente por entusiasmo e, mais tarde, por ganância.

Juro bancário tem que cair mais rápido, diz Ilan **Valor Econômico - 03/04/2018**

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, disse ontem que a instituição está trabalhando para fazer os juros bancários caírem de forma mais acelerada. "As taxas bancárias têm de cair mais rápido", afirmou, durante seminário "A Retomada do Crescimento", promovido pela FGV, com o apoio do Valor, no Rio. "Também estamos trabalhando para que concessões subam mais rápido."

Ele citou estudo publicado pelo BC no relatório de inflação, na semana passada, que mostra que o spread vem caindo junto com os cortes na taxa básica, em linha com que ocorreu com os ciclos de distensão monetária anteriores. Mas ponderou que, apesar do recuo, o custo é alto no Brasil. "O custo do crédito precisa convergir para algo mais parecido com o resto do mundo", disse. Segundo ele, os juros bancários devem cair a um patamar mais baixo, da mesma forma que a inflação, a taxa básica e os depósitos compulsórios convergiram para níveis mais próximos dos padrões internacionais.

"Os problemas não nasceram ontem, são de décadas", ponderou. "Mas não adianta adotar atalhos. O governo anterior tentou ver se puxava na marra através dos bancos públicos. Não deu certo."

Para o presidente do BC, será necessário insistir na agenda de reformas, fortalecendo garantias, diminuindo o custo Brasil e assegurando maior competição no sistema financeiro. "Tivemos uma redução relevante nos juros do cartão de crédito no ano passado", afirma, citando medidas que limitaram o uso das linhas rotativas nesse produto. "Estamos aguardando a autorregulação dos bancos para o custo do cheque especial."

Segundo reportagem do Valor publicada ontem, o peso do spread bancário sobre a taxa de juros cobrada de clientes e famílias vem aumentando nos últimos anos. Procurada, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban)

informou que não comentaria o estudo sobre o peso crescente dos spreads citado na reportagem.

Sobre o projeto de autonomia do BC, Ilan disse que as perspectivas para a aprovação no Congresso são boas, apesar de 2018 ser um ano eleitoral. "Os projetos estão avançando, com um mandato muito claro para o BC, que é controlar a inflação", afirmou. "Entre os 60 maiores bancos centrais do mundo, somos o único diferente, sem autonomia em lei", disse.

Ilan voltou a alertar sobre os riscos das moedas virtuais, que ele chama de criptoativos. Segundo ele, os bancos centrais têm alertado que esses ativos podem dar a falsa impressão de ser moedas. O presidente do BC renovou a mensagem de política monetária, indicando a intenção de promover um novo corte de juros na reunião de maio e de fazer uma pausa no ciclo de distensão a partir de junho.

Rota 2030 deve ganhar solução salomônica

Valor Econômico - 03/04/2018

No meio da disputa inconciliável entre integrantes do governo sobre o futuro da política automotiva, surgiu uma proposta salomônica para desfazer o impasse em torno do Rota 2030, que está sendo aguardado com ansiedade pelas montadoras desde o fim do ano passado.

A nova versão do programa prevê que os créditos tributários concedidos às empresas do setor por investimentos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico poderão ser usados no abatimento de qualquer imposto federal, incluindo IPI e PIS/Cofins, por um prazo de três anos. Do quarto ano em diante, a dedução seria feita exclusivamente do montante devido em Imposto de Renda e CSLL.

Esse formato do Rota 2030 fica bem no meio do caminho entre o que vinham defendendo o Ministério da Fazenda - com forte apoio da Casa Civil - e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic). Não havia mais discordância sobre a necessidade de um novo regime de longo prazo para substituir o Inovar-Auto, condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que expirou em 31 de dezembro. Também não havia mais divergência sobre dar incentivos às montadoras que conseguirem ultrapassar metas de eficiência energética para os seus carros.

O grande conflito nos últimos meses gira em torno dos créditos de até R\$ 1,5 bilhão por ano para os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A equipe econômica aceita o uso dos créditos somente por meio da Lei do Bem (11.196/05), que restringe o abatimento ao IR e à CSLL. Problema: as montadoras, com discurso encampado pelo Mdic, avisam que isso teria efeito inócuo. Elas alegam que, devido à brutal queda nas vendas por causa da recessão dos anos recentes, vêm operando com prejuízo e não têm pago esses dois impostos. Querem, então, permissão para deduções também no IPI e no PIS/Cofins - além do Imposto de Importação.

Há menos de duas semanas, após uma visita à fábrica da Fiat em Goiana (PE), o presidente Michel Temer tentou colocar um ponto final no impasse entre as áreas do governo. No voo de volta a Brasília, chamou para uma conversa os ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Marcos Jorge (Indústria). Depois de ouvir argumentos dos dois lados, orientou seus subordinados a adotar um período de três anos de transição.

A orientação continua enfrentando resistência das equipes técnicas, a ponto, por exemplo, de a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não ter enviado ainda sua análise final do texto. Observadores na Esplanada dos Ministérios acreditam que isso reflete o enfraquecimento de Temer.

De qualquer forma, já estão sendo providenciados convites aos executivos de todas as montadoras instaladas no país para apresentar o novo desenho do Rota 2030, em uma reunião no Palácio do Planalto, dia 12 (quinta-feira da semana que vem).

Enquanto uma decisão definitiva não é tomada, nota-se o aumento expressivo das importações de veículos. Dados divulgados ontem pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) indicam aumento de 76% nos valores de automóveis trazidos do exterior no primeiro trimestre. De janeiro a março de 2017, quando o Inovar-Auto ainda estava em vigência e havia uma alíquota adicional de 30 pontos percentuais de IPI sobre os carros importados, entraram no Brasil 34.345 unidades - valendo US\$ 540 milhões.

Nos três primeiros meses deste ano, sem um novo regime automotivo, esse número aumentou para 50.876 unidades e um valor total de US\$ 922 milhões. O secretário Abrão Árabe Neto fez questão de ponderar: cerca de 60% do crescimento das importações provém de Argentina e México, dois países com quem o Brasil tem acordos automotivos, e portanto não eram alvos do "super IPI" que era base do Inovar-Auto.

Na descrição de Abrão, os outros 40% de aumento têm origem em fornecedores como Alemanha, Estados Unidos, Coreia e Japão. As montadoras desses países, sim, ficaram livres de exigências com o fim do regime anterior e o impasse no Rota 2030. No fim das contas, é difícil dizer o que é fruto da recuperação econômica e o que reflete a ausência de política setorial.

**"Não é o ideal, mas ajuda",
dizem representantes do setor
Valor Econômico - 03/04/2018**

Embora o convite para um encontro com Michel Temer não seja ainda oficial, os presidentes das montadoras preparam-se para estar em Brasília no dia 12 quando, esperam, será anunciado o Rota 2030. Os dirigentes do setor já sabem que o presidente optou por manter os benefícios fiscais que vigoraram no programa anterior, o Inovar-Auto, durante um período de transição. "Não é o ideal, mas ajuda", disse fonte do setor.

Os fabricantes de veículos estão dispostos a aceitar, sem resistências, a solução encontrada pelo presidente para acabar com as divergências entre o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o da Fazenda, o que acabou retardando o anúncio do programa em quase quatro meses.

O argumento das montadoras para aceitar a proposta do Planalto é que o Rota 2030 é composto por questões estratégicas importantes que vão além de incentivos fiscais. O programa abrange, entre outras coisas, complexos cronogramas, como os relacionados à eficiência energética (consumo de combustível e emissões de poluentes) e à segurança dos automóveis. Essas regras são necessárias para a indústria definir projetos de produtos para os próximos anos.

Em relação aos incentivos fiscais, a expectativa era que o governo mantivesse os créditos tributários em troca de investimentos para pesquisa e desenvolvimento de produtos até 2030. Diante da resistência da Fazenda, Temer teria optado por uma solução intermediária. Ou seja, manter os incentivos agora e, no futuro, como quer a Fazenda, usar a chamada Lei do Bem, que condiciona incentivos tributários à obtenção de lucros.

Os dirigentes do setor argumentam que hoje são poucas as empresas que têm obtido lucro no Brasil. "Quem sabe até lá as coisas melhoram", destaca uma fonte.

Para analistas, produção voltou a crescer em fevereiro

Valor Econômico - 03/04/2018

A indústria deve ter voltado ao campo positivo em fevereiro, mas em ritmo aquém do necessário para compensar o tombo registrado no primeiro mês do ano, avaliam economistas. Segundo a estimativa média de 20 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data, a produção industrial cresceu 0,5% na passagem mensal, feitos os ajustes sazonais, após recuo de 2,4% em janeiro.

As projeções para a Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física, a ser divulgada hoje pelo IBGE, vão de queda de 0,2% até alta de 1%. Na comparação com fevereiro de 2017, a expectativa é de expansão maior, de 3,9%, o que, para economistas, indica que o setor segue em recuperação, apesar da perda de fôlego nas variações mês a mês.

Oscilações nos dados de curto prazo são normais em períodos de recuperação da atividade, diz Lucas Silva, economista da Tendências Consultoria, para quem a produção subiu 0,4% ante janeiro. Em sua avaliação, o desempenho fraco no primeiro bimestre do ano é uma correção após o salto da atividade em dezembro. Naquele mês, o índice aumentou 3,1%. "Foi um mês muito bom e é normal ter uma correção depois disso."

A partir do comportamento dos principais indicadores antecedentes da indústria, a expansão prevista para fevereiro tende a ser pouco disseminada,

observa o economista. A alta modesta deve ser sustentada pela produção de petróleo e gás natural e pela indústria siderúrgica, que aumentaram 0,1% e 0,5% ante janeiro, respectivamente, de acordo com dados setoriais dessazonalizados pela Tendências.

Do outro lado, grande parte desses índices mostrou recuo em fevereiro, destaca Silva. Medida pela Anfavea (entidade que reúne as montadoras), a produção de veículos diminuiu 3,7% sobre o mês anterior. A expedição de papelão ondulado encolheu 0,9%, e o fluxo pedagiado de veículos pesados nas estradas ficou 1% menor. Todos os números foram ajustados sazonalmente pela consultoria.

A atividade nas fábricas deve ter desaceleração expressiva no primeiro trimestre, após a expansão de 2% observada de outubro a dezembro de 2017 em relação aos três meses anteriores, prevê Silva, mas a evolução do setor no início de 2018 não foi frustrante. "Boa parte da alta do quarto trimestre do ano passado se deveu ao resultado de dezembro", afirma ele.

Apesar da volatilidade, os dados continuam a mostrar recuperação gradual da atividade, em linha com a estimativa de alta de 3,3% para o PIB em 2018, diz o departamento econômico do UBS. Nos cálculos do banco, a produção avançou 1% de janeiro para fevereiro, e 4,3% ante fevereiro de 2017.

"Nosso índice de condições financeiras continua a apontar aceleração adicional da atividade ao menos durante o primeiro semestre de 2018", comentam os economistas do UBS. Analisando a produção setorialmente, a reação do setor manufatureiro é puxada pelos segmentos de bens de consumo duráveis e máquinas e equipamentos, acrescentam. "Esses setores foram os que sofreram mais durante a recessão."

Para o Bradesco, a atividade industrial cresceu 0,5% na passagem mensal, e 3,6% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A estimativa, de acordo com o banco, "está alinhada com a expectativa de retomada moderada da economia no primeiro trimestre do ano, com crescimento do PIB de 0,5%".

Cenário de 2019 pode ser promissor

Correio Braziliense - 03/04/2018

Para os especialistas em mercado de capitais, as empresas que decidirem adiar o IPO para 2019 em busca de um momento mais propício não deverão sofrer nenhum forte impacto em suas operações. Isso, porque há outras formas de capitalizar seus negócios para um projeto de expansão ou para melhorar o perfil da companhia. No caso da busca de recursos para melhorar o perfil da dívida, por exemplo, é possível fazer a emissão de títulos com essa finalidade.

A Petrobras é um exemplo. Em fevereiro, a estatal do petróleo concluiu, por meio da subsidiária Petrobras Global Finance B.V., a oferta de títulos no

mercado internacional de capitais (Global Notes) no valor de US\$ 2 bilhões, com vencimento para 2029.

Apesar da expectativa de crescimento maior da economia em 2019 – caso o vencedor das eleições presidenciais mantenha a pauta reformista e de controle das contas públicas, segundo os analistas de bancos e corretoras –, os especialistas não acreditam que as empresas que conseguirem recursos na bolsa neste ano levarão vantagem em relação àquelas que deixarem para abrir seu capital apenas no ano que vem.

Isso se explica em função da expectativa de recuperação gradual da economia, que poderá oferecer oportunidades aos poucos tanto para o setor produtivo quanto para o financeiro.

Inflação comportada pode levar Selic a 6% **Correio Braziliense - 03/04/2018**

A mediana das expectativas do mercado financeiro para a taxa básica de juros (Selic) no fim de 2018 chegou a 6,25% ao ano, conforme dados do Boletim Focus divulgados ontem pelo Banco Central (BC). Apesar disso, o mercado já debate a possibilidade de a autoridade monetária cortar a Selic para 6% ainda este ano.

A perspectiva, dizem os analistas, leva em conta as projeções do mercado, que já apontam para um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) abaixo de 4% em 2019. Com as surpresas inflacionárias positivas nos últimos meses, sobretudo com preços de alimentos em queda, o mercado tem revisado constantemente as estimativas para o IPCA. A expectativa para 2018 caiu pela nona semana consecutiva e chegou a 3,54%. Para 2019, a estimativa é de 4,08%, abaixo da meta de 4,25%

Na avaliação do economista Rafael Cardoso, da Daycoval Investimentos, até junho, o debate sobre a possibilidade de os juros terminarem em 6% em 2018 crescerá significativamente. Ele observou que as expectativas para a inflação de 2019 começam a ceder e a autoridade monetária já deixou claro que concentrará o foco no IPCA do próximo ano.

“Até meados de 2018, teremos uma inflação corrente bem comportada e, nas nossas contas, os núcleos ficarão abaixo de 3,3%. Nossa previsão era de 4% no próximo ano, mas deve ser revisada”, destacou Cardoso. Ele frisou que o BC já surpreendeu o mercado ao baixar os juros para 6,5% ao ano e sinalizar um novo corte no encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) em 15 e 16 de maio. Assim, não seria surpreendente mais uma redução em junho.

Para Cardoso, o BC foi conversador no início do processo de queda de juros, mas, quando as condições para a extensão do ciclo de cortes ficaram claras, não se furtou a promover reduções adicionais. “Essa mesma disposição também ocorrerá se, por alguma razão, for necessário subir os juros”, observou.

Na avaliação da economista-chefe da Rosenberg Associados, Thaís Marzola Zara, a inflação de alimentos, que continua benigna, foi um dos principais fatores que levaram a autoridade monetária a revisar cenário para a queda de juros no curto prazos.

Thaís está no grupo de analista que aposta em mais dois cortes de 0,25 ponto percentual, que levariam a Selic para 6% ao ano. Segundo ela, o BC deixou claro que está confortável em manter os juros baixos por mais tempo.

Segundo a economista, as últimas publicações da autoridade monetária deixaram claro que há espaço para reduções adicionais da Selic. Nas contas dela, os preços de alimentos seguirão em patamares baixos ao longo de 2018, beneficiando-se da safra recorde do último ano.

Thaís lembrou que o mercado de trabalho e o nível de atividade econômica estão melhorando gradualmente, o que mantém a trajetória para os preços comportada. “Por ora, o cenário indica mais um corte de 0,25 ponto percentual na reunião de junho. Assim, mantemos nossa expectativa de Selic encerrando o ano a 6%”, destacou.

Vetos ao Refis Rural e para pequenos empresários devem ser derrubados

DCI - 03/04/2018

Deputados e senadores vão aproveitar hoje (3) a fragilidade do governo por causa da Operação Skala para derrubar os vetos presidenciais ao Refis das micro e pequenas empresas e ao Refis dos produtores rurais. Se os vetos caírem, representam uma perda tributária estimada pela equipe econômica em R\$ 7,5 bilhões e R\$ 7,8 bilhões, respectivamente.

Deflagrada pela Polícia Federal na quinta-feira (29/3), a Operação Skala investiga o suposto favorecimento de empresas por meio da edição do Decreto do Portos, assinado pelo presidente Michel Temer em maio de 2017. Entre as 13 prisões temporárias decretadas, estavam amigos antigos de Temer: o advogado José Yunes, ex-assessor especial da Presidência da República, e o João Baptista Lima Filho, ex-coronel da Polícia Militar de São Paulo, e o ex-ministro Wagner Rossi. Todos tiveram a prisão revogada no sábado (31/3).

A possibilidade do envio à Câmara de uma terceira denúncia criminal contra Temer, por conta da ligação dele com o grupo de amigos investigados na Operação Skala, fortaleceu a decisão do Planalto de não atrapalhar a derrubada dos vetos presidenciais nas duas matérias. A exemplo do que fez em 2017, Temer está disposto a atender novamente segmentos interessados em programas de parcelamento de débitos fiscais (Refis) e assim garantir os 172 votos necessários para arquivar a possível denúncia.

Passado

No caso do Refis do Supersimples (micro e pequenas empresas), o próprio presidente já anunciou que concorda com a derrubada do veto. Em relação ao Refis Rural, Temer vetou e até semana passada não havia sinalizado recuo em

relação aos vetos do aumento de 25% para 100% de desconto das multas e encargos sobre os débitos acumulados com o Funrural (previdência rural).

Em outubro de 2017, um dia antes da votação da segunda denúncia, Temer sancionou um Refis para médias e grandes empresas, atendendo às expectativas de parlamentares que depois o livraram de ser afastado da Presidência. “O Temer não tem limites para a utilização do aparato institucional na sua defesa pessoal e na defesa do seu cargo. O que estiver à disposição, ele irá utilizar. Não há nenhuma dúvida quanto a isso”, disse ao DCI o deputado opositor Glauber Braga (PSOL-RJ).

Para o vice-líder do MDB na Câmara, deputado Daniel Vilela (GO), ainda é cedo para fazer qualquer análise sobre as estratégias do governo. “Eu nem acredito que haverá uma denúncia. Se houver, precisaremos avaliar que tipo de denúncia é, se é forte ou não. Não dá pra falar sobre o que ainda não aconteceu”, disse. Vilela é cotado para assumir a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que terá papel fundamental na tramitação de uma possível terceira denúncia contra o presidente. “Não é um veto de Refis que vai definir nada”, disse.

O relator do Refis do Supersimples, deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), entende que o governo não terá êxito se tentar trocar a aprovação do Refis por votos contra um possível nova denúncia. “Não misturo isso, não”, afirmou o parlamentar ao DCI. “A grande maioria dos deputados já estava consciente de que não oferecer uma oportunidade como foi oferecida às médias e grandes empresas seria uma grande injustiça.” Segundo Leite, o governo já chegou à conclusão de que não haverá perderá receita porque não há corte no principal. “Na avaliação da Fazenda, não haveria perda neste exercício fiscal porque o parcelamento tem entrada à vista dividida em cinco prestações que culminam com o final deste ano.

Os blocos que representam os interesses dos dois segmentos reúnem duas das maiores frentes parlamentares do Congresso Nacional. O projeto de lei do Supersimples foi aprovado por 332 votos contra um (erro de digitação) e o do Refis Rural foi por aclamação e tem apoio de 228 deputados.

Apoio ao Centrão

A quatro dias do encerramento do prazo para migrações partidárias, no sábado (7), sem o risco de perda de mandato para parlamentares, o secretário de Governo, ministro Carlos Marun, tem investido em fortalecer os partidos que compõem o chamado Centrão na reforma ministerial e no troca-troca da janela partidária.

O PP, por exemplo, recebeu cinco filiações e perdeu apenas uma. O PSD, do ministro Gilberto Kassab, teve uma baixa oficializada e quatro novas filiações. Já o PR, ganhou cinco novos assentos no parlamento e perdeu quatro. As maiores siglas do país, no entanto, deverão perder quadros no Legislativo. MDB, PSDB e PT sairão com saldo negativo desta janela partidária. Aparentemente alheio ao cenário, ontem, Temer participou de eventos na cidades de São Paulo e Santos.

Mercado projeta inflação a 3,54% **DCI - 03/04/2018**

O mercado financeiro reduziu mais uma vez a previsão para a inflação, tanto no fechamento deste ano, quanto em relação a 2019, conforme mostrou o Relatório Focus, divulgado ontem (2) pelo Banco Central (BC).

A mediana das previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2018 passou de 3,57% registrada na semana passada, para 3,54% observada nesse último documento. Foi a nona revisão para baixo seguida dos analistas consultados pela autoridade.

No caso de 2019, os economistas mudaram a expectativa para a inflação oficial de 4,10% para 4,08%, de uma semana para outra – segunda queda consecutiva na mediana apresentada pelo Focus.

Por outro lado, com relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o mercado aguarda um crescimento acumulado de 2018 menor nesta semana. Revisaram a perspectiva de 2,89% para 2,84%. Já para 2019, a projeção de expansão da atividade foi mantida em 3% (neste patamar há nove semanas).

Preços em março

Ainda ontem a Fundação Getulio Vargas (FGV) divulgou que o Índice de Preços ao Consumidor - Semanal (IPC-S) apresentou variação de 0,17% em março, uma ligeira alta de 0,03 ponto percentual (p.p) comparada a divulgação de fevereiro. Com este resultado, o indicador acumula avanço de 1,03% no ano e, 2,76% nos últimos 12 meses.

Nesta apuração, quatro das oito classes componentes do índice apresentaram acréscimo em suas taxas. A maior contribuição partiu do grupo Habitação (0,17% para 0,27%). Nesta classe de despesa, com destaque para o comportamento do item tarifa de eletricidade residencial (+1,19%).

Eunício alerta que trabalhista não pode chegar na véspera de caducar **Valor Econômico - 03/04/2018**

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), disse nesta segunda-feira que, se a medida provisória da reforma trabalhista chegar ao Senado até sete dias antes de perder a validade, os senadores poderão votá-la. Eunício explicou que, pelo trâmite das medidas provisórias, o texto deve chegar ao Senado até 15 dias antes desse prazo. No entanto, em casos urgentes, esse período pode ser reduzido.

“[Numa questão de ordem que defini], eu disse com clareza que matérias que a mesa do Senado entendesse como urgente e relevante para o brasileiro teriam

sete dias para chegar ao Senado”, explicou o presidente do Senado, após cerimônia no Palácio do Planalto.

A medida provisória que promove ajustes na reforma trabalhista precisa ser aprovada até 23 de abril para virar lei. No entanto, ela ainda está parada na comissão mista instalada para avaliar a matéria e precisa passar pela Câmara antes de ir ao Senado.

“Então, não cabe a mim. Cabe à comissão [mista]; cabe à Câmara, que vota primeiro”, disse Eunício. “Se houver tempo, se a Câmara votar primeiro, votaremos no Senado.”

Eunício disse que as matérias não podem chegar ao Senado sempre na véspera do fim de sua validade. “Nenhuma matéria pode chegar sempre na véspera. Não sou eu, são os senadores que estão reclamando muito na Presidência em relação a colocar em pauta matérias que chegam de última hora”, disse.

Questionado sobre a possibilidade de a medida provisória caducar, Eunício afirmou que, se ela não for confirmada, ela perde o efeito daqui para frente. No entanto, no período em que esteve vigente, as decisões tomadas a partir dela serão confirmadas.

“Se não houver confirmação, daqui para frente ela perde o efeito. Os efeitos do período em que ela estava em vigência têm obviamente confirmada a sua decisão”, disse.

Eunício negou que os ritmos dos trabalhos no Congresso estejam mais lentos por causa da reforma ministerial. Para reforçar a negativa, disse que nesta terça-feira o Congresso Nacional terá uma sessão para derrubar os vetos em relação ao programa de refinanciamento das dívidas (Refis) das micro e pequenas empresas.

“Nem o Senado está paralisado, nem o Congresso está paralisado. Amanhã temos uma sessão do Congresso para votarmos importantes matérias. Vamos derrubar os vetos do Refis das micro e pequenas empresas por uma questão de justiça”, afirmou o presidente do Senado.

Questionado se os parlamentares terão mais dificuldades para enterrar uma eventual nova denúncia contra Temer, Eunício afirmou que não comenta hipóteses. “Não cabe a mim fazer nenhum comentário sobre isso.”

Sem MP, reforma traz incertezas

O Globo - 03/04/2018

A decisão do governo e de parlamentares de abandonar a medida provisória (MP) 808, que faz ajustes na reforma trabalhista, deixa no limbo a espinha dorsal na nova legislação: sua abrangência. O texto da MP diz que a reforma “se aplica, na integralidade, aos contratos de trabalho vigentes”. Ou seja, a todos, inclusive aqueles firmados antes da vigência das novas regras, em 14

de novembro de 2017. Sem a medida, a aplicabilidade da reforma fica nas mãos do Judiciário. E, enquanto não houver um posicionamento claro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), caberá aos juízes de instâncias inferiores tomarem a decisão livremente, o que eleva a insegurança jurídica e pode adiar os efeitos positivos das mudanças na CLT.

Além da abrangência, a MP esclarecia e criava regras para questões importantes, como exclusividade e indenização, dentro das novas relações trabalhistas.

No início de fevereiro, o TST criou uma comissão para tratar dessa questão. Essa equipe, formada por nove ministros, vai apresentar uma proposta à comissão de jurisprudência do Tribunal. Foi dado prazo de 60 dias para os trabalhos, mas ele pode ser ampliado diante do recesso e feriados ocorridos.

Para o governo, já estava claro, desde a aprovação da lei, que ela se aplica a todos os contratos. Mas, diante da polêmica levantada por advogados trabalhistas, Ministério Público e entidades representativas do Judiciário, o Planalto decidiu incluir um artigo na MP para esclarecer o assunto. Assim, ao desistir de votar a MP, o tema continua em suspenso.

Tanto para o Planalto quanto para os parlamentares que aprovaram a reforma, o mais prudente neste momento é deixar a proposta perder a validade, conforme antecipou o GLOBO. Isso porque o texto recebeu quase mil emendas, sendo a maioria delas apresentadas pela oposição, buscando restabelecer a legislação trabalhista e, sobretudo, a volta do imposto sindical obrigatório.

— Há risco de reabrir a discussão e haver retrocesso. O nosso compromisso era enviar a MP. Os parlamentares decidiram segurar — disse uma fonte do governo.

Pacificação por jurisprudência

Na avaliação de especialistas, o impasse aumenta a insegurança, em um momento em que empregadores já viam a nova legislação com cautela, porque pode levar anos para que os tribunais cheguem a uma conclusão.

— Essa dúvida será solucionada caso a caso, com a possibilidade de muita decisão divergente. Isso só vai ser pacificado depois de muitos anos de discussões, quando o TST se debruçar no processo e, por maioria, estabelecer uma jurisprudência pacificadora — afirma Otávio Pinto e Silva, sócio da área trabalhista do Siqueira Castro Advogados e professor da USP.

A advogada Andrea Giamondo Massei Rossi, sócia do Machado Meyer, também destaca que o entendimento dos tribunais será decisivo. Mas lembrou que a reforma restringe o poder do Judiciário, ao prever que súmulas não podem “criar obrigações que não estejam previstas em lei”.

— Embora a reforma tenha limitado um pouco a possibilidade de a Justiça interferir na legislação, a jurisprudência vai definir uma série de tópicos — afirma.

Caso a MP não seja votada até o dia 23 deste mês, ela perderá validade. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que não pode pautar a proposta porque ainda não há nenhum texto elaborado pela comissão especial para tratar da matéria. Entretanto, segundo o parlamentar, a MP “não é necessária para garantir a validade da ampla reforma trabalhista feita no ano passado”. A comissão nem chegou a ser instalada. Nos bastidores, tanto Maia, quanto o provável relator, deputado Rogerio Marinho (PSDB-RN), teriam atuado para engavetar o texto.

O governo, segundo técnicos, está em compasso de espera para decidir o que fazer a partir da caducidade da MP, porque isso deixaria no vácuo várias questões importantes, como perda na arrecadação com a retirada da base de cálculo do FGTS e da Previdência das chamadas gratificações de função, como chefes de departamentos, coordenadores, gerentes, diretores e demais cargos comissionados. A partir da caducidade da MP, já haveria perda de receita da Previdência na folha de maio.

Os trabalhadores também podem ser prejudicados e terão de pagar 50% da remuneração no caso de não cumprimento de contrato intermitente. Garçons podem sair perdendo porque a reforma revogou por erro alguns artigos da lei da gorjeta. O governo quer aproveitar a tramitação de alguma MP com objetivo semelhante para incorporar artigos mais sensíveis, mas ainda não há definição.

A volta às regras originais para contrato intermitente também é um ponto que preocupa especialistas. Uma saída, na avaliação da advogada Flávia Azevedo, sócia da área trabalhista do Veirano Advogados, seria editar uma nova legislação focada neste ponto:

— Voltar para a redação original é um retrocesso.

Sobre a política fiscal

O Estado de S. Paulo - Bernard Appy - 03/04/2018

O quanto mudou a gestão da política fiscal nos últimos anos? Uma forma de ver essa questão é analisar a evolução do resultado primário do setor público consolidado, o qual pode sugerir uma política fiscal frouxa no período recente, uma vez que desde 2015 o governo vem registrando déficits relevantes, em torno de 2% do PIB.

Outra forma de ver a questão, a qual prefiro, é ver como mudou a trajetória das despesas públicas no período. De 1997 a 2014, as despesas primárias da União (que excluem o gasto com os juros da dívida) cresceram, em média, 6,3% ao ano acima da inflação. Em 17 anos, as despesas reais da União quase triplicaram.

De 2015 para cá a trajetória mudou radicalmente. Tomando-se por base as despesas primárias da União corrigidas pela inflação, os gastos em 2017 estão praticamente no mesmo nível de 2014, tendo registrado uma pequena queda de 0,3%. Há, claramente, um esforço de contenção de despesas por parte do governo federal.

É verdade que em períodos anteriores também houve momentos de contenção de gastos, com quedas reais em alguns anos. No entanto, estes sempre foram movimentos temporários, com o controle das despesas em um ano sendo seguido por forte expansão no ano seguinte. Entre 1997 e 2014, em nenhum momento o crescimento real das despesas primárias da União acumulado em três anos (período compatível com a variação 2014-2017) foi inferior a 9,5%.

Os últimos três anos têm configurado o período de política fiscal mais restritiva desde meados dos anos 1990 e, muito provavelmente, desde a Constituição de 1988. Com o teto à expansão dos gastos introduzido pela Emenda Constitucional 95 (que estabeleceu que até 2026 as despesas primárias da União não poderão crescer acima da inflação) é provável que a política fiscal restritiva se prolongue por muitos anos. No entanto, há um consenso de que este teto só será respeitado se for aprovada a reforma da Previdência, além de outras medidas duras de contenção de despesas.

Pode-se criticar o atual modelo de gestão fiscal – seja por basear o ajuste fiscal apenas na contenção de despesas (mas a alternativa seria a elevação de receitas), seja por realizar grande parte do ajuste por meio do corte de investimentos –, mas é inegável que a trajetória anterior de expansão dos gastos era insustentável e que algo precisava ser feito. Mesmo que seja inviável cumprir o teto dos gastos no modelo atual, é essencial que haja um limite para a expansão das despesas que impeça o crescimento ao ritmo anterior, de mais de 6% ao ano acima da inflação.

A mudança na trajetória fiscal provavelmente afeta também a política monetária. É muito provável que a forte expansão dos gastos públicos seja uma das principais razões para os juros reais extraordinariamente altos que caracterizaram o Brasil nas últimas décadas. Ainda que a queda recente da inflação e das taxas reais de juros se deva também a outros fatores, em particular à queda do preço dos alimentos e à elevada ociosidade da economia, é provável que a mudança na trajetória fiscal explique parte deste desempenho. Deste ponto

Há um consenso de que o teto dos gastos só será respeitado se for aprovada a reforma da Previdência

de vista, a manutenção de uma expansão nula, ou mesmo moderada, dos gastos públicos por um período prolongado abriria espaço para uma mudança estrutural da política monetária brasileira, reduzindo a diferença entre as taxas de juros de nosso país e o padrão internacional.

Acredito que a mudança no modelo de gestão fiscal introduzido no País no período recente influenciará de forma decisiva a trajetória do País nos próximos

anos. Mesmo que o atual modelo possa ser aperfeiçoado, se houver uma compreensão dos benefícios que uma trajetória de expansão moderada dos gastos pode trazer para a gestão macroeconômica terá sido um grande avanço para a discussão de políticas públicas no País. Tal compreensão ajudaria também a entender por que a reforma da Previdência é tão importante (além de justa, como já discutido em artigos anteriores).

Gestão de pessoas, não de salários

O Estado de S. Paulo - Ana Carla Abrão - 03/04/2018

A máquina pública está atrasada na adoção de práticas de governança e no desenho de um modelo de gestão.

Foi-se o tempo da área de recursos humanos, aquele departamento onde o recémcontratado se apresentava no primeiro dia do novo trabalho e depois voltava só quando era demitido. Hoje, ao contrário, são métodos modernos de gestão de pessoas que definem a relação entre trabalhadores e empresas. Baseadas em conceitos de efetividade organizacional e aliadas à revolução digital, as mudanças nas áreas de pessoas se impõem e motivam as empresas a investirem na força de trabalho do futuro. Até mesmo as organizações mais tradicionais têm buscado habilidades, formação

e capacidades diversas e modernizado o ambiente de trabalho, se moldando a um novo tempo. São adaptações necessárias para atrair e manter talentos, garantindo o sucesso e a perenidade dos negócios.

No Brasil, o setor privado também já abraçou essa tendência e hoje busca se modernizar e acompanhar os movimentos globais. O mesmo não aconteceu, contudo, no setor público. Apesar do maior espaço que o debate sobre a reforma da máquina pública começa a ocupar, o desafio de gestão de pessoas ainda passa ao largo de grande parte das discussões, com soluções focadas mais nos sintomas do que nas causas das distorções.

O Banco Mundial, em seu excelente relatório Ajuste Justo, deu início à polêmica sobre o custo da máquina pública no Brasil ao apontar a enorme discrepância entre os salários nos setores público e privado. O estudo mostra que os servidores públicos federais no Brasil ganham 67% mais do que um empregado no setor privado em função semelhante, com a mesma formação e experiência profissional. O chamado “prêmio salarial” do funcionalismo brasileiro é o mais alto numa amostra de 53 países pesquisados

pelo Banco Mundial. Sim, temos um problema e ele precisa ser enfrentado. A questão está em como enfrentar.

Há consenso em torno da necessidade de reformas e na constatação de que a máquina pública no Brasil, além de cara, está depreciada, desatualizada e atrasada em relação às tendências que se observam atualmente no mundo moderno. Tanto do ponto de vista das condições físicas como do

ponto de vista tecnológico, acumulamos décadas de deterioração e atraso.

Mas, muito além disso, estamos ainda mais atrasados na adoção de práticas de governança e no desenho de um modelo de gestão. Países como Cingapura, Chile, Inglaterra ou Canadá, vêm investindo intensamente em gestão de pessoas no setor público, fortalecendo os conceitos de liderança, produtividade, eficiência, motivação, capacitação e diversidade. Convencidos da impossibilidade de melhorar os serviços públicos sem o investimento em pessoas, reinventaram a função de recursos humanos priorizando agilidade, liderança e visão estratégica.

No Brasil, a implantação de sistemas modernos de gestão de pessoas depende de alterações nas leis que regem as relações entre servidores públicos e Estado. Mas o ponto de partida para isso é uma completa revisão dos processos, da limitação da estabilidade e da necessidade de motivar, premiar e demitir servidores públicos no Brasil. Reduzir a questão a políticas salariais é tratar a consequência dos problemas e não as suas causas. Da mesma forma, limitar o crescimento

da folha sem revisar a relação de direitos e deveres dos servidores para com o Estado e com a sociedade pode até aliviar momentaneamente a pressão sobre o crescimento dos gastos públicos, mas não irá resolver o problema central que é de produtividade e eficiência.

Embora a evolução da massa salarial no serviço público imponha um imperativo fiscal de limitá-la, a agenda é muito mais complexa. Ela parte de uma mudança cultural que depende do redesenho do modelo de gestão de pessoas e de conceitos de planejamento da força de trabalho e de revisão de critérios de contratação, avaliação, promoção e demissão. Essa é a agenda de reforma do Estado que poderá nos legar uma máquina pública melhor, menor, mais eficiente e com servidores cuidados por uma área de gestão de talentos e não por um departamento de contas a pagar.

O desafio de gestão de pessoas passa ao largo de grande parte das discussões no setor público.

Avanço histórico para os biocombustíveis **O Estado de S. Paulo - Plínio Nastari - 03/04/2018**

Pela primeira vez em sua trajetória, o setor de biocombustíveis passa a ter a possibilidade de uma referência futura de mercado. O RenovaBio, Plano Nacional de Biocombustíveis, concebido pelo atual governo e amplamente discutido com a sociedade, abre a perspectiva do estabelecimento de condições que induzam ganhos crescentes de eficiência, reduções de custo e de preço dos biocombustíveis aos consumidores. Um plano que se aplica a todos os combustíveis de baixa pegada de carbono, etanol, biodiesel, biogás e biometano e bioquerosene.

Após ampla consulta pública, suas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, e uma proposta de medida legislativa foi construída em conjunto pelo governo e a sociedade. Por iniciativa do deputado Evandro Gussi, o projeto de lei foi apresentado, e aprovado em regime de urgência na Câmara e no Senado com ampla maioria parlamentar, tendo sido sancionado na forma de lei em dezembro. No último dia 14 de março, em evento realizado em Ribeirão Preto perante mais de mil representantes de toda a cadeia de produção, financiamento e comercialização de biocombustíveis, o presidente assinou o decreto que o regulamenta.

Com o RenovaBio, o Brasil tem a chance de criar condições duradouras para incentivar o investimento privado, valorizar a eficiência energética e ambiental e premiar a adoção de inovações voltadas à sustentabilidade.

O RenovaBio é uma iniciativa que caminha na direção dos objetivos firmados por nações que representam mais de 60 por cento da população do planeta. Na COP-23 em Bonn, estes países emitiram uma declaração de visão indicando que, para que o aquecimento global seja limitado a no máximo 2 graus Celsius em 2050, será necessário dobrar a participação da bioenergia e triplicar a participação dos biocombustíveis na demanda global de energia até 2030. Existe um sentimento de urgência em todo o mundo em relação a esse tema. No entanto, é preciso compreender que com o RenovaBio o ritmo de expansão do mercado de biocombustíveis será ditado pelas metas de descarbonização e pela resposta que esse processo gerar como estímulo a novos investimentos.

Tampouco os produtores devem ter o sentimento de que ganharam um pote

de ouro. O RenovaBio não cria um subsídio nem um novo tributo para proteger a produção. Em realidade, cria uma nova regra de competição que irá valorizar e premiar a eficiência energética e o menor impacto ambiental. É uma regulação moderna e inovadora, que vem sendo elogiada em vários fóruns internacionais, e já começa a ser copiada em alguns países.

Todos os ministérios e órgãos de governo envolvidos, liderados pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a sociedade civil e os setores econômicos relacionados com a sua formulação fazem história com esse programa, que compõe um conjunto de iniciativas de indução que somam investimentos privados futuros na área de energia de mais de R\$ 1,3 trilhão. Uma iniciativa que valoriza a capacitação nacional na produção de biocombustíveis

e na engenharia automotiva nacional desenvolvida para utilizá-los de forma eficiente. Um programa que trará a definitiva integração entre biocombustíveis e derivados de petróleo, trazendo sustentabilidade ambiental e longevidade para esses últimos. É um plano integrado de desenvolvimento econômico, energético e ambiental, aliado a uma opção de política industrial e de valorização de produção agrícola. Com o RenovaBio, o Brasil cria as bases definitivas para o desenvolvimento sustentável de sua agricultura e bioenergia. Com boa razão, na cerimônia de assinatura do decreto regulamentador, o

presidente da República indicou que esse tenha sido talvez o ato mais importante do seu governo.

A macroeconomia dos desencontros

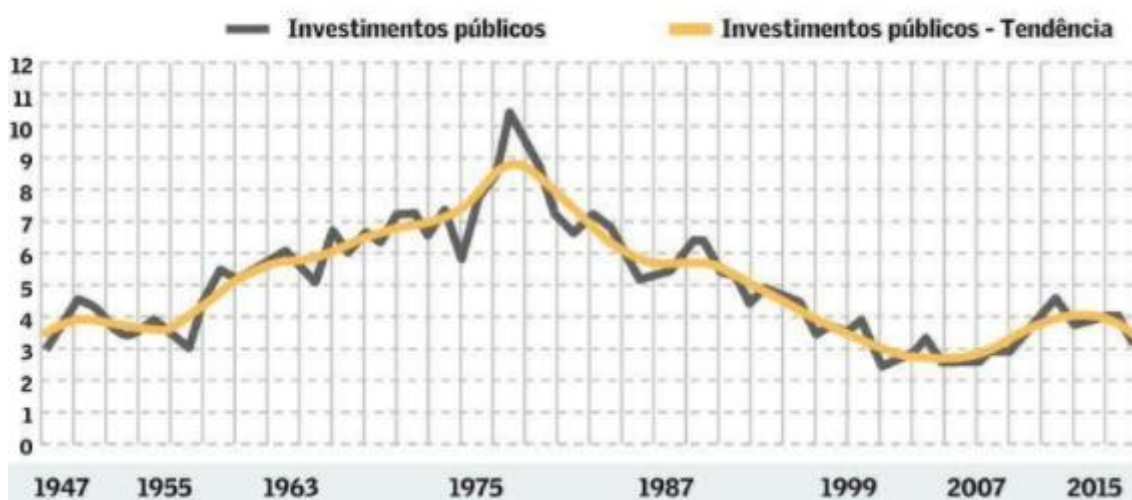
Valor Econômico - Luiz Gonzaga Belluzzo - 03/04/2018

A crise da economia brasileira trouxe à baila o debate sobre o papel do investimento público na formação bruta de capital fixo e sua importância para o desenvolvimento da economia.

Desde o imediato pós-guerra, o exame da trajetória da nossa economia confirma que o investimento público é crucial para a obtenção de taxas de crescimento elevadas. Os dados de Rodrigo Orair (ver gráfico) demonstram claramente o protagonismo do investimento público no longo ciclo de expansão entre 1950 e 1979.

Investimentos públicos (1947-2015)

Em participação percentual do PIB



Fonte: Ipea

Não por acaso, as taxas de crescimento do período suplantam significativamente aquelas obtidas em outras etapas da trajetória da economia.

Como mostra Angus Maddison, o Brasil ocupava, então, a liderança no torneio mundial do crescimento amparado em um processo de industrialização que avançou para dotar o país de uma estrutura produtiva diversificada e moderna.

Descontada a década perdida dos anos 80, submetida às agruras da crise da dívida externa, o desenvolvimento posterior foi modesto. O primeiro ciclo, o dos anos 90, moveu-se no território do baixo dinamismo e da regressão da estrutura industrial. Esvaiu-se no colapso cambial de 1999. O segundo ciclo apoiado no projeto de inclusão social e expansão do mercado interno foi sustentado pelos preços das commodities e fragilizado pela valorização

cambial. Sobreviveu à crise global de 2008, mas foi extinguindo suas forças nos anos que antecederam a crise de 2015.

Desde então, com mais intensidade durante o período eleitoral de 2014, o debate brasileiro trilhou os caminhos das simplificações binárias. Inspirados no filme "Querida, encolhi as crianças", não são poucos os que recomendam "encolher o Estado".

A experiência internacional, sobretudo a dos países asiáticos, parece demonstrar a existência de interações virtuosas entre investimento em infraestrutura, expansão industrial, graduação tecnológica e crescimento. Esses países executaram programas de "export led growth" com câmbio competitivo, fortes incentivos e duras exigências de desempenho impostas pelo Estado ao setor privado.

A conjugação de esforços entre o setor público e o setor privado organizado sob forma de grandes empresas permitiu durante muitas décadas a manutenção de taxas agregadas de investimento e de crescimento econômico extremamente elevadas. O economista Ajit Singh, em seus trabalhos sobre o desenvolvimento da Ásia, não hesitou em escolher, como fator crucial do sucesso do "catching up", a capacidade revelada pelas economias asiáticas de transformar continuamente os ganhos de produtividade decorrentes do avanço tecnológico em investimentos, os investimentos em lucros e os lucros retidos em novos investimentos durante um longo período.

Na China, as elevadas taxas de poupança registradas nas contas nacionais resultam, sobretudo, dos lucros retidos pelas empresas e do crescimento da renda das famílias. As "poupanças" brotam do circuito virtuoso: expansão do crédito-investimento-aumento da produtividade e das exportações líquidas-elevação dos lucros e dos rendimentos.

No debate internacional a respeito das "novas estruturas do crescimento", o investimento público em infraestrutura econômica-social e em tecnologia tem um protagonismo relevante. Não por acaso, como demonstraram os estudos do ledi sobre a Indústria 4.0, os governos dos EUA, da Europa e da Ásia se movimentam para recolocar suas economias na senda da Nova Revolução Industrial.

Os zelosos guardiões do absentismo estatal não deveriam ver nisto nenhum indício de retrocesso ou ameaça. O investimento em infraestrutura executado ou organizado pelo setor público, assim como o investimento em tecnologia, não concorrem com o investimento privado, mas, ao contrário, servem como indutores do gasto empresarial.

"The Entrepreneurial State: Debunking Public vs Private Myths", de Mariana Mazzucato, e "Subsidies to Chinese Industry: Capitalism, Business Strategy and Trade Policy", de Usha Haley e George Haley, tratam das relações entre as empresas e as políticas governamentais. Recorrem a uma exaustiva investigação empírica, sem apelar para o blá-blá-blá ideológico, não raro

hipócrita, da falsa oposição entre Estado e mercado no capitalismo contemporâneo.

Os estudos cuidaram de sublinhar as relações peculiares entre os Estados nacionais, os sistemas empresariais, os programas de inovação tecnológica e a "inserção internacional". Procuraram chamar a atenção para a centralidade da "organização capitalista" em que prevalecem nexos, digamos, "cooperativos" nas relações entre empresas e burocracias civis, militares e de segurança encarregadas de fomentar e administrar o sistema de avanço tecnológico (P&D).

A ação do Estado não só garantiu o abastecimento do capital paciente e capaz de encarar o risco da inovação, como também ajudou a coordenar as relações entre a grande empresa integradora e seus fornecedores.

No caso chinês, é crucial a presença dos bancos públicos no provimento de crédito para permitir a apropriação da tecnologia, mediante a utilização das empresas estatais para a formação de joint ventures com o capital estrangeiro e promover a "administração estratégica" do comércio exterior. Essa arquitetura institucional não apenas assegurou excepcionais taxas de investimento e acumulação de capital, como também ensejou programas de "graduação" tecnológica.

A ação estatal cuidou, ademais, dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global. Não é difícil perceber: as estratégias chinesas de expansão acelerada, o impulso exportador, a rápida incorporação do progresso técnico e uma forte coordenação do Estado foram inspirados no sucesso anterior de seus vizinhos, sócios e competidores.

Voltando ao Brasil: a integração às cadeias globais vai certamente exigir políticas distintas daquelas executadas nos anos do nacional-desenvolvimentismo. A ênfase, agora, deve ser colocada na busca da construção de vantagens dinâmicas apoiadas em programas de inovação, sobretudo os articulados ao agronegócio, às novas fontes de energia, à infraestrutura e às grandes demandas sociais, como educação, saúde, mobilidade urbana, segurança.

A tecnologia e a regulamentação

Valor Econômico - Simon Johnson - 03/04/2018

No rastro de recentes e preocupantes sustos tecnológicos, com uma morte envolvendo um carro autônomo do Uber e o suposto uso inadequado de dados pessoais de usuários pelo Facebook, uma regulamentação mais rígida para o setor - nos moldes aplicados ao setor financeiro, por exemplo - tornou-se a questão política do dia. As cotações das ações das principais empresas de tecnologia estão em baixa - ou talvez apenas tornando-se mais voláteis - à luz de tais preocupações.

Obviamente, regras aplicáveis a veículos motorizados precisam ser examinadas cuidadosamente. Nos EUA, essa é geralmente uma decisão em nível estadual, embora o Conselho Federal de Segurança dos Transportes (NTSB) tenha uma reputação muito boa por suas investigações, e frequentemente mude a forma como consideramos as melhores práticas. O NTSB está investigando o acidente envolvendo o Uber e, anteriormente, já avaliou uma morte envolvendo um veículo da Tesla.

Quanto ao Facebook, reportagens na imprensa sugerem que a empresa pode ter cometido alguns erros gravíssimos. Esperamos poder conhecer mais detalhes sobre sua tomada de decisões quanto à privacidade de dados quando seu presidente e CEO, Mark Zuckerberg, depuser perante o Congresso, como concordou em fazer.

Mas reagir com regulamentação mais rígida em nível federal parece prematuro, mesmo para essas atividades - e especialmente no que diz respeito ao setor de tecnologia como um todo.

O setor financeiro é regulamentado em razão de importantes efeitos potenciais de contaminação: falências de bancos podem derrubar toda a economia. É por isso que redes de proteção, como um seguro sobre depósitos, foram colocadas em prática. Evitar abusos e incentivar a cautela apropriada exige regras, e a Corporação Federal de Seguros de Depósitos dos EUA (FDIC) é um dos melhores exemplos do mundo de como fazer isso funcionar.

O mundo da alta tecnologia - hardware, software e serviços digitais - é muito distinto. Há bastante concorrência no setor de hardware. Se uma empresa tiver problemas, ela não derrubará o sistema. É claro que alguns formuladores de políticas gostam de favorecer "campeões nacionais" em relação a concorrentes internacionais, mas isso levanta questões diferentes das relacionadas a comportamento regulamentador.

A Amazon é uma empresa poderosa e em ascensão e cobre diversas atividades - que hoje incluem lojas de produtos alimentícios e entrega de alimentos frescos. Mas há muitos concorrentes nessa área, e as regras e regulamentos existentes (como as que ditam como os alimentos devem ser manipulados) parecem suficientes.

Outras empresas no mundo digital, como o Google e a Apple, são muito fortes em atividades específicas. Mas não exibem o tipo de comportamento de monopolista em suas políticas de preços que deflagrem ações antitruste governamentais.

A União Europeia está considerando maior regulamentação para empresas digitais, e insistir em maior cuidado com o gerenciamento de dados pode fazer sentido. Mas a UE também, em larga medida, "perdeu o bonde" da onda de empreendedorismo digital surgida na década de 1990 e, de modo geral, não está hoje na vanguarda desse setor - de modo que pouca gente nos EUA está correndo para seguir seu exemplo.

Para evitar mal-entendidos, serei claro: nem tudo está indo bem no que diz respeito à política do governo americano nessa área. Em especial, a iminente revogação da regra de "neutralidade da rede" pela Comissão Federal de Comunicações (FCC, em inglês) parece ser um grande passo em direção a favorecer grandes companhias e evitar que startups digitais prosperem rapidamente. Andy Lippman, do MIT Media Lab, tem um excelente vídeo explicando essa questão e que deveria ser visto por todos os legisladores (e eleitores).

O Facebook parece atualmente um caso especial, no sentido de que efeitos de rede significam que milhões de pessoas permanecerão fiéis a esse serviço, independentemente de como sejam tratadas. O Facebook enfrenta uma pressão política compreensível no sentido de mudar suas práticas, mas o que realmente precisa é de concorrentes que comprovem poder ser lucrativo colocando a privacidade em primeiro lugar.

As criptomoedas refletem uma crescente superposição entre finanças e tecnologia. Não causaria surpresa se a Comissão de Valores Mobiliários americana (SEC, em inglês) determinasse que grande parte da recente atividade de geração de moeda (conhecida como "Initial Coin Offerings") nesse setor equivale efetivamente a emissões de títulos, o que deflagraria a aplicação de várias regras e exigências.

Sobre os carros autônomos, houve 40 mil mortes nas estradas em 2016, nos EUA, e mais de um milhão em todo o mundo, de acordo com os dados mais recentes da Organização Mundial de Saúde. Como em todos os anos anteriores, erros humanos de vários tipos foram responsáveis pela maioria dessas mortes. Reduzir as mortes nas estradas é um objetivo importante, e o crescente engajamento das empresas de tecnologia deve ser bem-vindo, visando melhorar a segurança nas estradas. Também nessa esfera, os princípios regulatórios existentes e as agências que os adotam e aplicam devem ter a oportunidade de comprovar sua eficácia.

O BNDES em mutação

O Globo - Fabio Giambiagi - 03/04/2018

Quem anda pela Europa deve ter visto as placas de lojas onde está escrito "Existente desde 1785" ou uma frase do gênero. Num mundo em transformação, é importante estar aberto para as novidades. Por outro lado, o cliente tende a considerar que se entra numa loja que existe há 200 anos, dificilmente será mal servido, pois uma empresa que não atendesse bem à sua freguesia não teria condições de apresentar tanta resiliência.

Algo assim ocorre com as instituições. O Banco Central da Inglaterra tem mais credibilidade que o de um país africano que tenha sido colônia durante 400 ou 500 anos, tenha sido governado por um déspota durante 30 ou 40 anos e só agora esteja dando os primeiros passos no aprendizado da democracia.

Em matéria institucional, o Brasil está na “Série B”. Não pertencemos à “terceira divisão” dos países muito jovens e desorganizados, mas estamos longe de nações onde a estabilidade já é rotina, como Suécia, Alemanha etc.

Por sua vez, na teia complexa que é um país, no Brasil temos de tudo, desde instituições que funcionam entre razoavelmente bem e muito bem — Itamaraty, Banco Central, Justiça Eleitoral etc., para citar algumas das mais importantes — até outras com a imagem bastante prejudicada, que é melhor não citar, para não ferir suscetibilidades.

Nesse contexto, o BNDES — onde, devo informar, trabalho há 34 anos — é uma instituição que, em termos de idade, corresponde a um senhor de 66 anos, pois foi fundado em 1952. Teve muito mais sucesso que o Banco Nacional de Habitação (BNH), banco outrora importante que “capotou” nos anos 80. Por outro lado, não há como negar que já esteve melhor do que atualmente diante da opinião pública, tendo sofrido, ao longo dos últimos anos, uma série de questionamentos que afetaram sua imagem como empresa e marca.

Com o passar do tempo, algumas das questões foram sendo esclarecidas ou endereçadas, especialmente desde meados da década. A mudança de gestão do BNDES no atual governo implicou uma reorientação parcial das ações do banco, com a adoção de políticas operacionais mais horizontais; uma parte não desprezível da dívida expressiva mantida com o Tesouro Nacional foi amortizada, processo esse que já foi anunciado que se acentuará em 2018; houve uma adaptação do tamanho das operações à nova situação; aos poucos, alguns dos problemas creditícios foram sendo resolvidos; na prática, muitos dos questionamentos de órgãos de controle acabarão sendo dirimidos pela Justiça em função das diferenças de interpretação e da defesa feita pelo banco acerca da pertinência de suas ações; tivemos duas CPIs sobre o banco que não identificaram nenhum evento que maculasse o padrão ético dos seus funcionários etc. Permanece, porém, a grande pergunta: qual será a função do BNDES no futuro?

Face às novas demandas da sociedade e da economia, o banco está passando por um processo de reflexão estratégica que representa um desafio de dimensões comparáveis ao que a Petrobras encarou quando acabou o monopólio do petróleo. Naquela ocasião, um ciclo se fechava para a empresa, que soube se adaptar bem à situação representada pelo novo ambiente no qual passou a operar. Analogamente, no Brasil da TLP e da convergência de taxas, o BNDES não terá o tipo de atuação do passado. Porém, haverá um papel importante ainda reservado a ele, com alguma similaridade com o que é desempenhado por outros bancos de desenvolvimento em países estáveis, como por exemplo o KfW alemão.

No futuro, as ações do BNDES estarão focadas em algumas áreas. Em primeiro lugar, o apoio à infraestrutura. Em segundo, o financiamento às micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) com restrições de acesso ao crédito. Adicionalmente, ele apoiará iniciativas geradoras de impactos positivos para a economia, como o financiamento de investimentos em transformação de

modelos de negócios tradicionais, melhora das condições de saúde, sustentabilidade ambiental e apoio à inovação, às exportações e ao desenvolvimento do mercado de capitais. Conservado o nível técnico da sua equipe, com as novas diretrizes, a instituição poderá estar pronta para se inserir no esforço do país para se reerguer da crise nos próximos anos, já superadas as críticas que marcaram a sua atuação no passado recente.

Infraestrutura é a bola da vez

Correio Braziliense - Raul Velloso - 03/04/2018

Ano de eleição presidencial é de discussão intensa dos problemas do país, especialmente os de natureza econômica. Nesse particular, destaca-se a mais intensa e mais longa recessão da história, na qual a pergunta básica é se a recuperação que ora se esboça significa que o país de fato se livrou da recessão e começou uma nova fase de crescimento, ou se passa apenas por uma recuperação cíclica.

No texto provocativo que está sendo elaborado para o Fórum Nacional, de 10 e 11 de maio, a ser realizado pelo INAE na sede do BNDES, no Rio, argumentar-se-á que essa recuperação cíclica não se traduzirá em retomada consistente do crescimento, ou do aumento sustentável da taxa de crescimento do PIB per capita caso não sejam atacados dois problemas básicos: desequilíbrio fiscal e baixo crescimento da produtividade.

Na minha coluna de 20 de março, e no bojo da questão fiscal, tratei especificamente da crise financeira estadual, em que se juntaram difíceis questões estruturais e conjunturais, em busca de soluções urgentes, tema que será objeto de intensa discussão no Fórum.

Nesta, chamo a atenção para a necessidade de viabilizar maiores taxas de investimento e, portanto, de crescimento do emprego e da produtividade, além de outras ações voltadas para o aumento desta — cuja discussão não coube nos limites deste artigo. E é exatamente nesse contexto que se destaca o investimento em infraestrutura, pois, diferentemente do que ocorre em outros setores, ele é essencial para garantir um maior aumento da produtividade a longo prazo. Só que, hoje, esse importante sustentáculo da economia está completamente travado.

Para destravar o investimento em infraestrutura, é necessário tomar uma série de ações, em dois grandes grupos: as que levam à melhoria da governança e aquelas que permitem aprimorar o modelo de concessões. A melhoria da governança, por sua vez, requer ações específicas para duas fases distintas do processo de concessão: a de planejamento/seleção de projetos, e a de gestão dos contratos. Já o modelo de concessões precisa ser aprimorado no desenho do processo licitatório e na elaboração de contratos.

O Brasil perdeu a capacidade de planejamento nos últimos governos. Não há um projeto de longo prazo para o país que pense no tipo de infraestrutura que teremos (diferentes modais, interligação entre eles etc.), no papel do setor

privado como provedor de infraestrutura ou nos procedimentos para seleção de projetos prioritários.

As consequências da falta de planejamento são várias: indefinição do processo decisório, com sobreposição de atribuições, ou criação de um vácuo, onde não há decisão alguma; seleção de projetos sem análise criteriosa da relação custo/benefício; e deterioração da capacidade técnica dos órgãos responsáveis. Dependendo do governo de plantão, a contribuição do setor privado pode ser bem acolhida, ou pode ser vista como um mal necessário; instabilidade de regras, incluindo edição de leis que podem alterar substancialmente o equilíbrio dos contratos.

No tocante à gestão de contratos, a falta de autonomia das agências reguladoras tem levado à insegurança jurídica e a prejuízos para as concessionárias. Os dirigentes das agências têm se mostrado reticentes em tomar ações que poderiam gerar ganhos de bem-estar para a sociedade, por medo da ação dos órgãos de fiscalização e controle ou por pura incapacidade técnica de avaliar as propostas. O exemplo mais claro de omissão diz respeito à demora para autorizar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Quanto ao modelo de concessões, falta, no processo licitatório, apresentar projeto básico bem elaborado, com estudos de viabilidade técnica e econômica (EVTE) e orçamentos de capital (Capex) e operacional (Opex) realistas; criar condições para que a concessão do licenciamento ambiental e as desapropriações ocorram em prazo adequado; dar maior atenção às audiências públicas, uma vez que a opinião daqueles que trabalham na área pode contribuir muito para aprimorar a concessão. O leilão deve ser capaz de selecionar candidatos realmente capazes de implementar o projeto. Daí a necessidade de exigência de qualificação técnica mais rigorosa, bem como exigência do Plano de Negócios, que permitirá à agência reguladora avaliar a exequibilidade das propostas.

Os contratos devem ser elaborados de forma a reduzir a incerteza jurídica e a tornar atraente o investimento para o setor privado. Nesse contexto, é essencial alocar riscos corretamente. Isso implica eximir a concessionária de riscos sobre eventos para os quais ela não tem a menor capacidade de prevenir ou mitigar seus impactos.

Não há flexibilidade para alterar cronograma de investimentos, direitos e obrigações, tendo em vista que se tratam de contratos de longo prazo, e, portanto, com probabilidade elevada de alterações significativas nas condições iniciais ao longo de sua vigência.

No Fórum, serão debatidas soluções para a grande maioria desses problemas.

Represália da China aos EUA atinge 128 produtos

Correio Braziliense - 03/04/2018

Em resposta à decisão do presidente norte-americano, Donald Trump, de sobretaxar as importações de aço e de alumínio, a China anunciou que vai impor tarifas sobre 128 produtos dos Estados Unidos, a maioria deles agrícolas. As tarifas entram em vigor imediatamente e afetam uma lista provisória de importações que somam cerca de US\$ 3 bilhões por ano, de acordo com nota divulgada pelo Ministério de Finanças chinês.

O volume é equivalente ao impacto estimado que a medida norte-americana terá nos setores chineses de aço e de alumínio. A maior parte dos produtos dos EUA, 120, pagará taxa de 15%. Já outros, como carne de porco congelada e alumínio reciclado, terão alíquota de 25%. As tarifas impostas por Trump foram de 25% sobre o aço e de 15% sobre o alumínio importados.

A guerra comercial entre EUA e China aumentou o nervosismo na economia global, provocando queda de 1,9% no índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York. Em São Paulo, a bolsa caiu 0,82%. A situação preocupa o governo brasileiro. Abrão Neto, secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), disse que ainda avalia os possíveis impactos do confronto, buscando, inclusive, identificar eventuais oportunidades para o Brasil. Ele destacou, porém, que a tensão entre as duas potências deve ser prejudicial para a economia mundial.

Na avaliação de Weber Barral, da Barral M Jorge Consultores Associados, o principal problema de uma guerra comercial é criar uma percepção de risco no comércio internacional. “Outros países podem adotar medidas protecionistas. A Europa começou a salvaguardar o setor de aço”, disse. Para ele, os EUA não voltarão atrás na decisão de impor sobretaxas, pelo menos imediatamente. “Há um compromisso político do governo com a indústria de aço nos Estados Unidos. Mas, em um ou dois anos, a pressão pode começar a gerar exceções sobre alguns tipos de produtos”, completou.

Um grupo de países — Brasil, México, Argentina, membros da União Europeia, Canadá e Austrália — foi excluído temporariamente das taxas impostas por Washington. “Temos confiança de que a exclusão do Brasil se tornará definitiva e, com isso, teremos assegurado a fluidez do comércio”, comentou Abrão Neto.

Retaliação

Trump acusa Pequim de práticas comerciais desleais e afirma que empresas americanas são forçadas a repassar patentes e direitos de propriedade intelectual aos chineses para poder operar naquele mercado. Ao retaliar, a China, por enquanto, deixou a salvo produtos estratégicos, como a soja, no setor agropecuário, ou os aviões da Boeing, no setor industrial.

Em nota divulgada ontem, o governo chinês afirmou que os EUA violam regras da Organização Mundial do Comércio e não cumprem a disposição de exceções de segurança, além de causar danos aos interesses chineses.

Weber Barral observou que a retaliação da China não foi generalizada, mas pontual. “A medida pegou produtos politicamente importantes. A soja, que é essencial para a China, não sofreu sobretaxa”, observou. De acordo com ele, a intenção do governo chinês é criar pressão dentro dos EUA contra as políticas do Trump. “Faz parte do jogo. A China está ameaçando ir à OMC contra os Estados Unidos. Ainda veremos muitos capítulos futuros desta guerra comercial, que, provavelmente, vai longe”, comentou.

Esse parece ser o cenário, se Trump continuar com a política protecionista. Com o objetivo de reduzir o déficit comercial dos EUA com a China, a Casa Branca ameaça impor tarifas sobre outros produtos chineses, alcançando importações de US\$ 50 bilhões por ano. Por enquanto, a União Europeia deixou em suspenso as ameaças de represálias aos Estados Unidos. A Coreia do Sul preferiu negociar um acordo comercial diretamente com Washington.